

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

possibilidade real de um eventual pluralismo e sistemas contraditórios de ordens continuassem a subsistir.

Assim, no decurso da modernização das sociedades, deve constatar-se que muitas ruturas se operaram, mas muitas continuidades se podem manter. Entre elas, dependendo da cultura política vigente, formas de clientelismo. É que não foram totalmente abaladas as relações tradicionais, persistindo sub-repticiamente traços do sistema sociopolítico preexistente. Registou-se uma adaptação face ao novo sistema administrativo e à estrutura da política (vejam-se as listas eleitorais, a composição do parlamento e o funcionamento dos partidos). A diferença está em que os referidos microssistemas autónomos se encontram agora integrados e subordinados no interior do sistema político atual. E, com o acentuar da crise e a secundarização da ética e da autoridade do Estado português, o que podemos observar é uma maior proliferação do papel dos notáveis (incluindo políticos profissionais), da personalização do poder, das fidelidades pessoais e do uso pessoal dos recursos. Em suma, do clientelismo.

Fernando Ruivo

Coerência

Do ponto de vista etimológico, coerência é a qualidade daquilo que se mantém conexo ou inteiro. Inteira não significa rigidez, imobilismo ou teimosia, antes aponta para a capacidade de manter a fidelidade a um conjunto de princípios no seio de processos necessariamente dinâmicos de reinterpretação e adaptação a novos quadros de referência e ao devir das circunstâncias históricas. Assim, o essencial da definição do conceito joga-se no plano da ética e manifesta-se na defesa de valores fundamentais como, desde logo, o da dignidade do ser humano. A inflexibilidade de uma história única ou a recusa de pensar em alternativas não manifestam coerência mas, sim, as potencialidades repressoras e destrutivas de um pensamento hegemónico.

António Sousa Ribeiro

Colonialismo (e pós-colonialismo)

O colonialismo é um sistema de exploração de populações e recursos. O traço característico da moderna colonização europeia deriva do modo das relações de dominação, fundadas na ideia da inferioridade racial ou étnico-cultural do colonizado. A colonização gerou situações de profunda

violência, incluindo o genocídio e epistemicídio. Um conceito relacionado – imperialismo – refere-se aos mecanismos pelos quais uma potência exerce poder sobre outra, seja pela imposição da soberania, pelo povoamento ou ainda através de mecanismos indiretos de controle.

A moderna colonização é incompreensível sem referência ao capitalismo que dinamizou o sistema colonial; esta relação marca o âmbito da colonização (global), e a profundidade do seu impacto. Uma análise das estratégias políticas de dominação leva à identificação de colônias de administração direta, onde a governação (forças de defesa e segurança e da administração) estava nas mãos de agentes estrangeiros, e de administração indireta, efetuada através do recurso a agentes indígenas. O neocolonialismo pode ser visto como uma expressão de administração indireta, quando a economia e as políticas sociais estão sob controle de forças estrangeiras.

O colonialismo, como projeto político, perseguiu um objetivo: a negação do direito à história pelos povos dominados, através da violenta usurpação do seu direito à autodeterminação. Quer em situações de colonização direta, quer de neocolonialismo, assiste-se à negação da humanidade do Sul global. A fratura instituída pela diferença colonial é reflexo da construção epistémica hegemónica, que desqualifica e exclui outros saberes, porque constituídos fora do cânone da moderna racionalidade científica.

O fim do colonialismo enquanto relação política não correspondeu ao seu termo enquanto relação económica, mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória. As correntes teóricas e críticas que têm vindo a desafiar a hegemonia das formas de conhecimento e de representação próprias do projeto colonial inscrevem-se no quadro do pós-colonialismo, uma gramática política que procura refletir sobre os processos de descolonização e as suas consequências. Este questionar deve ser visto como uma possibilidade contingente de mudança em direções que não reproduzem modos de subordinação cultural, política e económica.

Maria Paula Meneses

Comércio Justo

Falar de comércio justo significa reconhecer que pode haver um comércio injusto. O mais importante deste conceito é o pressuposto categórico de que comerciar pode ser uma relação equitativa, ao alcance de todas as pessoas e sem provocar dano.